

ENTRAVES PARADOXAIS DA RAZÃO NEOLIBERAL EM ATIVISMOS E MILITÂNCIA ANTI-OPRESSÃO DE GÊNERO NO BRASIL

Michel Vincent de Oliveira Sampaio¹

Joana Elisa Röwer²

Anne-Sophie Marie Frédérique Gosselin da Silva³

Resumo: O presente artigo propõe uma breve reflexão analítica sobre possíveis paradoxos e entraves da chamada “*racionalidade neoliberal*”, presente na sociedade brasileira contemporânea, na maneira como se organizam as ações, seja no âmbito coletivo e/ou individual, de grupos militantes e/ou ativistas que lutam em defesa das pautas anti-opressão de gênero, a partir das novas matizes das lutas sociais reestruturadas desde a segunda década dos anos 2000. O levantamento de dados empíricos derivam de uma pesquisa de caráter qualitativo e exploratório, baseada principalmente na análise de entrevistas semiestruturadas, realizadas com ativistas/militantes da região de Pacatuba (CE) e Rio de Janeiro (RJ). Os resultados confluem para um paradoxo, indicando que ao mesmo tempo em as lutas político-sociais anti-opressão de gênero se mostram indispensáveis na busca por direitos, também podem evidenciar certa ruptura do compromisso com a coletividade e a solidariedade. Uma vez que a racionalidade neoliberal se encontra justaposta no contexto social brasileiro, há também a evidente construção de um imaginário de ação individualista e concorrencial que podem resultar em discordâncias e fragmentações desses arranjos organizacionais.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Ativismo. Militância.

¹ Graduado em Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e graduando em Licenciatura Plena em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

² Orientadora. Professora Adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

³ Co-orientadora. Professora Adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), dos Cursos de Licenciatura em Sociologia e Bacharelado em Interdisciplinar em Humanidades.

Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.

Michel Foucault, 1984.

INTRODUÇÃO

No caminho de estudos da sociologia enquanto ciência que esforça-se por compreender as dinâmicas de construção das relações implicadas no seio das sociedades, observa-se um gradativo processo de fragmentação dessas relações sociais, primeiramente no mundo ocidental, e paulatinamente, no decurso da globalização, passando a ser manifestada por nações não-ocidentais. A transição sistemática iniciada nas sociedades feudais, passando pelo período mercantilista até a formação do capitalismo materializado por organizações industriais mecanizadas, trouxe consigo a dura sensação de desalento frente ao fracasso da racionalidade tão glorificada na era iluminista. Em suas formulações sobre esse período, Dardot e Laval (2016), elucidam que:

A Revolução Industrial teve como condição a constituição de um sistema mercantil em que os homens devem conceber-se, “sob o aguilhão da fome”, como vendedores de serviços para poder adquirir recursos vitais para a troca monetária. Para tanto, é necessário que a natureza e o trabalho se tornem mercadorias, que as relações que o homem mantém com seus semelhantes e com a natureza tomem a forma da relação mercantil. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 58)

Nesse sentido, de acordo com os autores, a modernidade trouxe consigo uma racionalidade que deslocou-se concomitante ao processo de burocratização das sociedades, tendo como consequência a modificação da forma como se constituíam os vínculos sociais, normalizando como mercadoria, primeiramente a força de trabalho e posteriormente as próprias subjetividades dessas/os/es indivíduos/os/es na então sociedade capitalista.

No campo da sociologia das emoções, as elaborações críticas da socióloga franco-israelense Eva Illouz (2007) defendem que essa racionalidade mercantilista esteve historicamente imbricada aos processos emocionais, de modo que a autora considera as emoções como personagens principais da história da modernidade e do capitalismo, definindo a racionalidade e a emoção como campos complementares no processo de

individualização. Assim, Illouz explica que:

Os repertórios culturais baseados no mercado moldam e informam os relacionamentos emocionais e interpessoais, enquanto os relacionamentos interpessoais estão no epicentro dos relacionamentos econômicos. Mais exatamente, os repertórios do mercado se confundiram com a linguagem da psicologia. e, combinados, forneceram novas técnicas e sentidos para forjar novas formas de sociabilidade. (ILLOUZ, 2007, p. 20, tradução nossa)

A modernidade enquanto advento de transformações econômicas, sociais e culturais, alterou as formas de sociabilidade de modo a individualizar e segmentar os vínculos entre as pessoas nos âmbitos mais gerais da vida. Ainda mais notória foi a sucessiva mercantilização das relações sociais, onde cada indivíduo/o/e passou a compreender-se marcadamente por princípios de auto-gestão empresarial, aquilo que Michel Foucault pensou como “governamentalidade neoliberal” (FOUCAULT, 2008, p. 265). Desse modo, as relações entre indivíduos passaram a ser geridas por uma razão neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2017).

Dado a complexidade do tema, este estudo busca entender essa racionalidade não apenas partindo de uma dimensão predominantemente sociológica, mas passando brevemente por dinâmicas conceituais provenientes do campo econômico internacional, uma vez que seus métodos resultaram na apropriação também dentro da esfera política. A importância da inteligibilidade transversal acerca do que é o neoliberalismo e seus intercruzamentos é evidenciada atendendo as próprias mutações características da razão neoliberal.

No cenário brasileiro atual, as lutas sociais por emancipação e direitos se fazem presentes com grande potência, e é possível entender a materialidade dessas reivindicações, considerando que o Brasil está entre os países mais desiguais do mundo⁴. Dessa maneira, o presente artigo, parte de inquietações nascidas da observação direta de comportamentos, narrativas e conflitos de grupos de ativistas e militantes entre os anos de 2016 e 2017, durante a participação ativa em grupos de lutas sociais⁵ atuantes na cidade de Fortaleza.

No contexto da militância e ativismo fortalezense, foi observado que a maioria dos discursos de participantes que lutam em defesa das causas anti-opressão (principalmente voltadas a questões de gênero e sexualidade), se alinhavam a uma narrativa crescente de encorajamento ao protagonismo, empoderamento e ocupação de espaços públicos. As

⁴ Dados do World Inequality Lab (Laboratório das Desigualdades Mundiais). Ano 2022.

⁵ As observações e atuação aqui mencionadas, referem-se especificamente ao momento de participação do primeiro autor, realizada em movimentos de homens trans e transmasculinos/es.

dinâmicas presenciadas, na medida em que tencionavam a ascensão social coletiva de grupos historicamente marginalizados, também apresentavam um crescimento constante de tensões e conflitos no interior das relações individuais desses grupos, como se cada participante estivesse também em busca da realização de interesses individuais.

No bojo das reflexões propostas neste trabalho, foram levantados alguns questionamentos que transformaram-se em hipóteses para pensar a construção das identidades ativistas e/ou militantes inseridas nesse contexto de mudanças na dimensão subjetiva de cada sujeita/o/e. O sistema neoliberal como um dos principais alçozes da pós-modernidade estaria também inserido nos discursos desses ou dessas/es/us ativistas/militantes? Existem, nas formas como essas/es/us indivíduos se colocam em sociedade possíveis sinais de posturas associadas a valores pregados pelo neoliberalismo? Poderia ser identificado, além de um padrão construído pela socialização política da formação do que é ser militante, na reprodução discursiva, em suas posturas físicas, na maneira de impostar suas vozes sem vacilar, além de um padrão construído pela própria socialização, haveria infiltrações do sistema neoliberal enquanto racionalidade⁶ que produz pessoas que se colocam no mundo enquanto empresárias de si? São questionamentos localizados no cerne deste artigo.

Na busca por entender o complexo campo que se apresenta, o presente estudo foi construído com o objetivo de propor uma breve reflexão analítica sobre as possíveis impregnações das dinâmicas neoliberais presentes na construção da sociedade brasileira contemporânea dentro da relação que cada um desenvolve e interioriza com uma cultura militante/ativista, como se posiciona, como concebe essa luta e se representa dentro do movimento. Ou seja, autores como Bourdieu falaria do ethos militante/ativista. Para chegar a esse objetivo central, propomos perpassar por três momentos. O primeiro teve o intuito de compreender o conceito de neoliberalismo experienciado no sistema político brasileiro na vida social moderna. O segundo momento buscou conhecer de maneira geral, como vêm se estabelecendo as relações concorrenciais entre indivíduos/es/os advindas desse sistema. Por fim, o estudo investiga as trajetórias da ativista e da militante participantes dessa pesquisa, analisando suas dinâmicas de construção de si e suas percepções sobre como se organizam hoje os movimentos anti-opressão de gênero no Brasil.

⁶ A concepção de racionalidade apresentada neste ponto, leva em conta referenciais conceituais provenientes dos estudos de Dardot e Laval (2016), autores utilizados para embasamento teórico neste estudo.

A partir de uma observação exploratória das trajetórias de vida, das atividades no ativismo e/ou militância e dos processos de subjetividade, analisadas tanto no discurso, como no comportamento dessas/es/us ativistas, tencionou-se identificar possíveis matizes que indicariam a influência do pensamento neoliberal. Para atingir o caminho proposto, foi utilizada a abordagem qualitativa, com uso da etnografia digital para observação de conteúdos públicos compartilhados na rede social Instagram das ativistas/militantes atuantes nas lutas anti-opressão de gênero, unida à técnica de entrevistas semiestruturadas. Nessa linha, objetivou-se chegar, a partir da análise do discurso de construção (ou empreendedorismo) de si, na identificação de pontos divergentes onde o individual poderia se sobressair ao coletivo.

É importante destacar que esse estudo não possui a intenção de deslegitimar as lutas históricas atravessadas por movimentos sociais em busca de direitos e representatividade. A proposta esforça-se para pensar em que circunstâncias e sobre quais pilares alguns discursos e comportamentos reproduzidos por participantes do movimento social estudado, estão sendo ancorados. Dessa maneira, também não é objetivo deste artigo, esgotar o debate alçado, mas sim, fazer um convite à reflexão coletiva acerca da presença prática de lógicas neoliberalizantes nos modos de subjetivação de determinadas/dos/des sujeitas/os/es políticos atuantes na militância/ativismo.

Consideramos, por fim, que o desenvolvimento da presente proposta foi desafiador, uma vez que sua teorização suscitou em hipóteses que objetivaram estimular a reflexão dessas/desses sujeitas/os/es por diferentes maneiras de autopercepção da reprodução de práticas subjetivas. Contudo, talvez esse seja mesmo um dos papéis da *imaginação sociológica*, permitir enxergar o que está além.

O QUE É O NEOLIBERALISMO?

O debate sobre o neoliberalismo, que se origina a partir do liberalismo clássico nas ciências econômicas, chega até as ciências sociais para além de uma razão que designa a abertura de mercados, mas se organiza no mundo contemporâneo de forma a incorporar diversos níveis de transformação nas subjetividades humanas, sobretudo a maneira como agem as/os/es sujeitas/os/es em suas relações entre si. Desse modo, para discutir o neoliberalismo, este artigo ancora seu marco temporal a partir dos anos 2000, cenário que, como afirma Andrade (2019), se evidencia como um período de retomada crítica das análises sobre o conceito no campo das Ciências Sociais, assim como um momento de

reabertura do debate no panorama internacional.

A publicação brasileira da obra póstuma de Michel Foucault em 2008, intitulada “O nascimento da biopolítica”, trouxe em evidência o seu esforço para compreender como o poder atua nas relações sociais, apresentando a atuação do sistema neoliberal enquanto um mecanismo de governamentalidade das formas de ser e de agir. Para Foucault (2008), o neoliberalismo não se fecha ao plano da economia, mas se expande para toda a vida social, se constituindo como uma lógica que produz indivíduos/os/es que se compreendem como empresários de si mesmos. Ao analisar a perspectiva trazida por Foucault, Laval (2020), explica que o filósofo considerou que o neoliberalismo não foi uma fase do capitalismo, mas sim, uma forma de “governo dos homens” determinada por aspectos de produção dos sujeitos e das suas subjetividades, uma maneira específica de condução e regulação dos indivíduos em determinadas sociedades.

Pode-se pensar que o encontro de um único referencial conceitual sobre o que é o neoliberalismo é talvez inexecutável, dado a *plasticidade* de suas fases e significados ao longo do processo histórico. Todavia, este trabalho se fundamenta principalmente nas concepções críticas de Pierre Dardot e Christian Laval (2017), considerados grandes expoentes do pensamento crítico sobre o tema do neoliberalismo na contemporaneidade.

O neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. (...) O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 15)

Em suas elaborações, os autores argumentam que o sistema neoliberal se apresenta como uma racionalidade caracterizada principalmente por considerar que todas as relações sociais e humanas têm sido regidas pelo princípio da concorrência.

No contexto brasileiro, Barbosa (2011) explica que a liberalização processual de mercado, aliada a flexibilização no mundo do trabalho iniciada nos anos de 1990, instaurou um movimento de fragilização dos direitos condicionados ao regime salarial e enfraqueceu os vínculos sociais produzido pela crise estatal como principal agente mantenedor dos bens públicos. Ainda de acordo com a autora, esse fator desembocou no avanço do chamado “Empreendedor de si mesmo” (BARBOSA, 2011, p. 124), representado como um indivíduo que se adapta às rápidas transformações exigidas pelo mercado neoliberal, se posicionando no mundo do trabalho enquanto responsável por si

mesmo, em um conseqüente processo de individualização das relações sociais que passou a se ampliar para além do domínio laboral.

NOVAS MATIZES DAS LUTAS SOCIAIS

A partir da segunda década do presente século, o Brasil passa por diversas transformações histórico-sociais, apresentando sucessivas mudanças nas configurações de movimentos sociais. A socióloga brasileira Angela Alonso (2019), argumenta que as mudanças ocorridas nas dinâmicas de protestos a partir das chamadas jornadas de junho de 2013, não podem ser reduzidas a um único aspecto, apresentando características tortuosas e multifacetadas que demonstram que a origem desses novos estilos e agendas de lutas surgem muito antes desse período.

Alonso (2019), defende que o ano de 2011 marcou diversas insatisfações da sociedade civil em relação ao papel do Estado. A autora apresenta alguns exemplos, como as notícias transmitidas sobre a Copa do mundo e o processo de investigação conhecido como Mensalão, que desprestigiaram a esquerda como um todo, potencializando a incredibilidade do governo Dilma Rousseff (2011-2016) por parte do campo socialista e anarquista, bem como intensificando a ascensão de movimentos de redes empresariais liberais e fundamentalistas religiosas.

Estas redes de sociabilidade são ativas em todo o país, definem o modo de viver o cotidiano de largos contingentes e orientam ativismos no espaço público. Embora distintas, comungam um princípio: invadem espaços e competências antes tidos como de gestão natural do poder público. Apontam nova relação cidadão/Estado/mercado, baseada na crença de que a sociedade civil seria mais legítima e eficiente que o Estado para administrar a vida coletiva. Privilegiam vínculos de solidariedade e confiança entre seus próprios membros e os “empoderam”, anglicismo que popularizaram, estimulando seu protagonismo, em vez de delegar poder e conferir legitimidade a representantes políticos ou ao Estado. (ALONSO, 2019, p. 106)

Mendonça (2018), explica que as jornadas de junho simbolizam um importante momento para analisar os tons de percepções dissonantes em relação ao significado de democracia por parte das/dos/des participantes de grupos/coletivos de movimentos sociais. Por conseguinte, já em 2016, as inúmeras mobilizações que desembocaram no golpe institucionalizado contra a então presidenta Dilma, expressaram esse momento de bastante tensão na esfera democrática do país.

Ao analisar as jornadas de junho, Gohn (2014) ilustra que existem diferenças entre as manifestações ocorridas nas ruas e praças entre 2011 à 2013 e os movimentos anticapitalistas globais estruturados por grupos minoritários desde 2008 que se distanciam

de pensamentos ideológicos como o neoliberalismo, e dão lugar a lutas mais conscientes sobre questões como a desigualdade, a descolonização e a injustiça (WALLERSTEIN, 2012 *apud* GOHN, 2014, p. 117). Outrossim, a autora levanta interessantes abordagens acerca de como se desenharam as organizações entre esses grupos chamados de “novíssimos movimentos sociais” (GOHN, 2014, p. 34), a saber, o MPL (Movimento Passe Livre), o Anonymous e Black Blocs, movimentos de resistência que se posicionaram de forma bastante violenta frente à violência policial.

O fato de os movimentos dos indignados serem constituídos por coletivos diversificados e diferenciados causa problemas internos quando um dos grupos aciona ações próprias, ou quer se destacar – mostrando suas bandeiras partidárias, por exemplo, ou usando a violência depredando bens públicos e privados. Acrescentem-se às dificuldades nas ações dos coletivos fatos como os ocorridos em algumas das manifestações, quando grupos de populares aproveitaram a confusão e saquearam lojas e edifícios públicos. Como essas diferenças podem ser resolvidas, em um sistema que se apresenta como de autogestão, sem líderes-chave, foi também um dos motivos das dificuldades no diálogo ou negociação com os poderes constituídos. (GOHN, 2014, p. 34)

A socióloga reconhece neste trecho, que as condutas de “autogestão” e “ações próprias” manejadas por esses *novíssimos* movimentos, se baseiam em interesses particulares de cada grupo e na maneira como desempenham suas atividades. A percepção trazida por esse viés analítico no tocante às relações internas de cada grupo, fomenta a reflexão sobre as hipóteses dispostas neste trabalho referentes às possíveis infiltrações dessa razão individualizante apresentada pelo sistema neoliberal. O que parece manifestar um paradoxo ou pelo menos uma tensão existente nestes coletivos entre um discurso crítico de luta contra um sistema neoliberal por um lado, e por outro lado, práticas e ações marcadas por uma razão neoliberal não consciente.

No descortinar das situações supracitadas, devemos nos atentar ao modo como cada novo movimento foi sendo configurado segundo essas novas matizes de protestos, principalmente quando são consideradas as peculiaridades *sui generis* da racionalidade neoliberal, capaz de se mobilizar, moldando-se “nas mais diversas retóricas (conservadoras, tradicionalistas, modernistas, republicanas, conforme a situação e o caso), manifestando desse modo sua extrema plasticidade” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 234). Dito por outros termos, o neoliberalismo possui uma maleabilidade que se exterioriza através de ações não apenas em grupos uníssonos, não apenas em coletivos que lutam por uma mesma causa, mas em variadas formas de atuação, atravessada em distintos círculos sociais, de forma coletiva e individual.

Nessa conjuntura de mudanças, as pautas sobre representatividade ascenderam em

boa parte das categorias militantes e ativistas, e os protestos pareciam estar a todo vapor. Na camada microssocial dos movimentos sociais, observava-se a reprodução de modelos de se colocar de sujeitas/os/es participantes de alguns grupos, explicitando novas formas de subjetividade e construção de si. Entre os anos de 2015 à 2020, em movimentos sociais em defesa das pautas antirracistas, por exemplo, tornou-se comum a utilização da expressão “pretos no topo”, difundida em *tags* de vídeos, textos e publicações em redes sociais de ativistas e militantes, notabilizando a legitimidade de suas reivindicações sustentadas sobre a base de uma lógica de ascensão social, que, como analisa Anjos (2021), possui certas problemáticas, em razão de não resolver a questão do racismo e nem da sociedade, posto que para que algumas pessoas ascendam, outras deverão descer ou permanecer nas camadas sociais mais baixas.

CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Utilizando a abordagem qualitativa, esse trabalho se caracteriza como um estudo exploratório com uso da técnica de entrevistas semiestruturadas em conjunto à observação de conteúdos públicos compartilhados em plataformas on-line das sujeitas/os/es ativistas/militantes pesquisadas/os/es (Entrevistas audiovisuais, entrevistas escritas, etc.). O uso de diferentes recursos objetivou visões mais amplas dos posicionamentos de uma/um/ume mesma/o/e sujeita/o/e.

No decorrer da pesquisa, pôde-se constatar a presença de percepções conceituais diversas a respeito da construção social da identidade militante. Destarte, segundo Lerbach (2014, p. 59), a noção de *carreira* enquanto conceito é advinda dos estudos teóricos do interacionismo simbólico, no qual, inseridas em contextos políticos, esses/essas sujeitas/es/os constroem suas militâncias condicionadas e somadas a diferentes círculos de sua própria vida.

Reconhecendo a importância dos elementos demonstrados anteriormente, o foco do presente estudo se embasou na categoria *trajetória*, que, segundo Marinho (2017, p. 29), “implica aprofundar a análise sobre as condições de existência em que se desenvolve o permanente processo de socialização e aculturação dos agentes sociais, e, no fundo, a sua própria produção enquanto agentes”. Dessa forma, as entrevistas contribuíram para análise do percurso de formação desses/dessas sujeitas/es/os, tanto em sua vida pessoal, como política, a fim de conhecer suas origens, suas experiências de vida, analisando os lugares de socialização e construção de suas identidades ativistas/militantes.

CONSTRUÇÃO DAS ENTREVISTAS

O roteiro de entrevistas foi construído com intuito de compreender a percepção sobre as dinâmicas das lutas do ativismo/militância anti-opressão de gênero, e objetivou a identificação de possíveis influências do modelo econômico neoliberal impressas no discurso e nos comportamentos mais subjetivos das pessoas entrevistadas. A análise buscou sinalizar as transformações subjetivas advindas da imersão no cenário neoliberal perpetrado na sociedade brasileira. Depreendendo, por fim, que os modos de individualização consequentes desse sistema, reverbera nas individualidades de cada participante, ao passo que configura novas formas de construção dessas lutas, contribuindo para possíveis fragmentações das organizações coletivas de movimentos sociais.

A primeira entrevista foi realizada com Sylvia⁷, de 25 anos, que se autoidentifica como travesti, antropóloga e ativista. Sylvia mora no Município de Pacatuba, cidade localizada no interior do Ceará e que possui cerca de 82 mil habitantes no momento de aplicação da entrevista. Sylvia atua em coletivos de Pacatuba e em projetos de extensão voltados para o combate a LGBTQI+fobia desenvolvidos pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). O diálogo ocorreu nos arredores da residência em que moram Sylvia e sua mãe.

Em um segundo momento, outra entrevista foi realizada com a militante feminista Rafaela, de 26 anos, que também se autoafirma como bissexual. Rafaela mora no Morro de Santa Marta, localizado na cidade do Rio de Janeiro, e atua em ações de pré-vestibulares (cursinhos populares e particulares), e também em coletivos que trabalham com a formação sobre o tema da educação sexual. Rafaela mora com seu pai e sua mãe e a entrevista foi realizada de forma online pela plataforma *Google Meet*.

Convém ressaltar que para composição do teor empírico de nossa reflexão, foram realizadas também observações nos perfis públicos da rede social Instagram das pessoas entrevistadas, com propósito de analisar as suas atuações individuais e coletivas no meio digital. Os registros foram feitos com uso do recurso *printscreem* aliado a anotações, observando principalmente seus posicionamentos através dos escritos, fotografias, e vídeos compartilhados por meio de *posts* em *feeds* e *stories*.

⁷ Por razões de confidencialidade, optou-se pelo uso de nomes fictícios para identificação das pessoas entrevistadas.

ATIVISMO E MILITÂNCIA: SEMELHANTES OU DIFERENTES?

Para dar continuidade a discussão principal, foi preciso buscar entender as terminologias utilizadas por esses grupos para se autonear politicamente. Assim, verificamos a existência de semelhanças e diferenças entre as palavras ativismo e militância. O estudo realizado por Sales (2019), sobre os sentidos e as disputas existentes em volta das palavras ativismo e militância, explica que, na teoria, os debates reiteram em tratar ambos os termos como sinônimos, todavia:

No campo das disputas envolvendo as normas sociais, as palavras apresentam parte das intenções daqueles que as escolhem e não devem ter sua importância minorada. Quando os jogadores estão disputando os termos a serem empregados, é necessário que os pesquisadores captem as nuances e adequem seu vocabulário para descrever aquilo que está acontecendo (SALES, 2019, p. 35).

Para o pesquisador acima citado, que desenvolve uma abordagem psicológica de análise, a militância e o ativismo podem ser entendidos enquanto mecanismos metodológicos que tem por objetivo compor e intervir nas normas em vigor por meio de ações coletivas, entretanto, a partir das já mencionadas jornadas de reivindicações protagonizadas por jovens em junho de 2013 no Brasil, aliada ao crescimento global de manifestações em defesa de pautas conservadoras, algumas pessoas atuantes em movimentos sociais passaram a recusar o termo militante, dando preferência ao uso da palavra ativismo. O autor elucida que essa rejeição da identidade política de militante se deu enquanto crítica a percepção de possíveis moldes hierárquicos calcados no militarismo, por parte de participantes.

Conscientes desse leque plural de percepções acerca da construção dessas identidades, levantamos essa questão na abordagem inicial da entrevista. Quando perguntada sobre o porquê da sua autoidentificação enquanto ativista, Sylvia declara:

eu me percebo e me identifico enquanto uma ativista no sentido, no significado mesmo da palavra de exercer também essa autonomia corporal porque eu entendo que o meu corpo é político independente do local, do ambiente, território onde eu esteja, esse corpo, ele já vai trazer pautas e reivindicações por si próprias, neh? (...) é porque a palavra ativismo me remete a... eu sempre imagino que é uma questão mais de autonomia mesmo dessa corporalidade pra reivindicar ou se posicionar diante de alguma situação social da qual a gente queira melhorar, né? (Sylvia, 25 anos, 2022)

Especificamente na esfera microsocial das relações entre ativistas e militantes de alguns movimentos sociais, é possível perceber no desenrolar dos elos que se estabelecem, modelos de se colocar dessas/es/us sujeitas/os/us, de assumir uma posição, de falar ao público, até mesmo de parecer haver uma maneira de posicionar o corpo, como

que em disputa. O ponto de vista de Sylvia sobre a significação de autonomia, parece apreender essa perspectiva sobre as corporalidades em relação à forma como se dão as reivindicações e os posicionamentos.

Durante o momento da entrevista, Sylvia parecia demonstrar certa incerteza sobre o significado do termo militância, e ainda que, durante a entrevista tenha optado pela identidade ativista, em um momento posterior e fora desse contexto, Sylvia explicou que não tinha entendido a pergunta e que chegou a conclusão que para ela não teria diferença entre os termos e que não tem nenhum problema de se afirmar ativista ou militante, pois afirma que estaria nas duas posições, todavia, apesar de estar dentro de um movimento social, Sylvia explicou que possui a sua autonomia política. Apesar de sua retratação, Sylvia parece considerar que o ativismo é um movimento realizado de maneira individual, ao passo que a militância, seriam ações políticas elaboradas em coletivo.

Sales (2019), à luz de sua sua reflexão sobre o conceito de autonomia decorrente de práticas pedagógicas concebidas por Paulo Freire (1996), alerta que o termo está distante de se caracterizar enquanto uma ação individualista que denomina impulsos inatos de autodeterminação ao longo da vida de uma/um/ume indivíduo/o/e, assim como são identificados nas ações militantes/ativistas decorrentes de junho de 2013, mas se definem como:

A capacidade dos sujeitos de, reconhecendo-se dependentes do mundo e dos Outros para suprir suas necessidades e expressar suas potencialidades, construir relações colaborativas com esse mundo e com esses Outros, sem perder de vista a necessidade singular que o move. Autonomia depende sempre do contexto no qual se está inserido. Seu aumento envolve a construção de relações marcadas por independência colaborativa e solidária. Autonomia de um sujeito é diretamente proporcional à capacidade desse de estabelecer relações com outros sujeitos e com o ambiente ao seu redor, a fim de aumentar suas capacidades de ação naquele ambiente. (SALES, 2019, p. 87)

Conforme aponta o autor, a autonomia, do ponto de vista dos ativismos inseridos na sociedade hodierna, opera como se cada seguimento de movimentos sociais ativistas, além da ausência de liderança, cada pessoa participante se tornasse um líder em sua particularidade, apontando para uma organização potencialmente mais individual do que coletiva e aumentando o sentimento de competitividade entre as/es/oes ativistas. Nesse sentido, a ideia de autonomia passa a ser reproduzida enquanto autonomia individual.

O pensamento de Eva Illouz (2012) sobre as emoções, mostra que a autonomia individual se estabelece partindo da categoria da *escolha* como um dos “principais vetores culturais que moldam a individualidade moderna” (ILLOUZ, 2012 *apud* MONTI, 2019), evidenciando o exercício da liberdade tanto no campo econômico, como político.

Entendendo a autonomia como um sistema de abertura para a liberdade de escolha, e a individualização como elemento característico da formação das personalidades modernas, chegamos a um ponto que marca a composição dos interesses individuais.

Sales (2019), em sua revisão analítica sobre a nomenclatura militância, constata que:

Movimentos sociais, partidos políticos, diretórios acadêmicos, centrais sindicais, além de sociólogos e outros pesquisadores empregam a palavra quando abordam as ações coletivas para intervir nas normas sociais, quando descrevem o engajamento de pessoas em certas ações e também ao apresentar grupos lutando por certas pautas. (SALES, 2019, p. 11)

A militante feminista Rafaela, da cidade do Rio de Janeiro, reconhece a importância de se estar organizada/e/o em articulação com grupos ou entidades, no entanto, durante sua participação em movimentos da universidade, gostava da possibilidade de transitar entre espaços diferentes, mas por reconhecer essa organização política como fundamental, diz ter interesse em participar de movimentos coletivos onde se sinta representada, mas que é difícil encontrar pessoas que estejam passando por suas mesmas questões.

Eu acho que como militante, como eu falei pra você. Eh... eu acho que essa parte de tá na disputa acadêmica acaba, no momento perpassando muito mais a minha vida. Como eu falei, quando eu tava na graduação eu tinha uma atuação muito maior, assim, eh...nas questões da universidade, de tá participando dos movimentos estudantis, e eu acho assim, que o grande diferencial que tinha, não que isso seja uma coisa necessariamente positiva, mas não tá num movimento especificamente organizado de dizer “ah, eu sou especificamente dessa entidade”, mas eu gostava dessa possibilidade de tá transitando em espaços diferentes e não necessariamente tá o tempo inteiro com uma bandeira apesar de entender que estar organizado também fortalece a gente, (...) você tá fazendo as coisas, vamos dizer assim sozinha dá uma sensação de impotência e quando você tá de certa forma organizado politicamente isso gera um certo conforto que não é só você nadando contra a maré, então por isso que, como eu até falei no privado, eu no momento tô numa busca de tentar achar um lugar que eu possa minimamente me organizar, um coletivo feminista, enfim, que eu me sinta minimamente confortável e representada de tá participando, que é uma coisa que eu acho que, no contexto que eu vivo geográfico, enfim, é uma grande questão por ser difícil achar pessoas que estejam passando pelas mesmas questões que eu, né? (Rafaela, 26 anos, 2022)

Nesse ponto, o posicionamento discursivo de Rafaela que manifesta preocupação em encontrar grupos com que possa se identificar em diferentes características e âmbitos de sua vida individual, parece demonstrar certa necessidade de pertencimento por meio da representatividade, combinado ao interesse em fazer parte de um grupo que possua identificações intrínsecas às suas vivências individuais e subjetivas. É importante ressaltar que ao longo de toda a entrevista, Rafaela demonstrou a consciência substancial de se

haver um trabalho de base coletivo nas lutas sociais, indicando forte concordância com a realização de agendas de luta por um bem comum.

A partir da reflexão que ambicionamos elaborar no presente artigo, consideramos problemático e paradoxal que, mesmo havendo, por parte de ativistas/militantes, a motivação pela busca coletiva de direitos em comum que efetivamente gerem transformação social nas raízes estruturais dos problemas das sociedades, hajam também posicionamentos discursivos que parecem transmitir preocupações individuais do qual dependem a participação e permanência em determinados grupos. Entendemos que esse processo, a longo prazo pode tornar difícil a organização de ações em coletivo, na medida em que, a chamada representatividade não dá conta de retratar a trajetória de todas as complexas realidades das pessoas participantes de um mesmo grupo.

Defendemos que a problemática supracitada, pode caracterizar de certo modo, um processo onde as subjetividades tornam-se inerentes à racionalidade neoliberal, na medida em que tornam a participação e as práticas dessas/es/os sujeitas/es/os dependentes de decisões condicionadas a partir de pontos de vista de origem exclusivistas e que, por fim, parecem dificultar o diálogo com quem pensa diferente ou que discorda em algum ponto. Pode-se pensar que essa busca por uma identificação genuína, reforçando uma homogeneização das realidades, poderia ampliar polarizações já existentes na sociedade contemporânea, bem como, poderiam também fortalecer relações baseadas na competitividade. Como demonstra Sales (2019), “o campo do engajamento militante é marcado por disputas de modelos e posições polarizadas, antagonismos irreconciliáveis e paradoxos insolúveis.” (SALES, 2019, p. 27).

O que se pode observar é que essa maneira paradoxal de se posicionar, aponta para narrativas constituídas a partir de um arranjo inconsciente sobre próprias ações. Cangiano (2022), partindo de uma perspectiva filosófica e na tentativa de entender como são moldados, conduzidos e monitorados os comportamentos das/des/dos sujeitas/es/os no dia a dia, afirma que “estamos presos em uma gaiola sistêmica global, sem saídas aparentes e com grades regradas por tecnologias e códigos, os quais nos impedem de pensar” (CANGIANO, 2022, p. 7).

A codificação e a sobrecodificação dos desejos inconscientes, ou não, se processam sobre os corpos padronizando e organizando os afetos, codificando os rostos sociais. Atualmente, esse processo ocorre no neoliberalismo para a extração da mais-valia, necessária à acumulação do capital dinheiro. (CANGIANO, 2022, p. 70)

Podemos ponderar sobre esse ponto, que as narrativas e posicionamentos de

ativistas/militantes podem se formar de maneira inconsciente, sem pensar, demonstrando o *biopoder* que essa racionalidade neoliberal pode condicionar.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES ONLINE

A mais poderosa paixão
 Me disseram que eu não merecia (...)
 Talvez eu esteja começando acreditar
 Sei de mim
 Eu sei de mim
 O arder do desejo
 Eu sei dançar amor
 Eu sou

[Sylvia]

Fragmento retirado do perfil de Sylvia na plataforma digital Instagram. Postado em março de 2022.

Para Facioli e Ribeiro (2022), as plataformas online são centrais nas mobilizações de demandas e pautas políticas do ativismo, em razão de preencherem as lacunas dos espaços de fala historicamente invisibilizados nas mídias devido às fragilidades dos sistemas democráticos. Compreendendo essas dinâmicas, buscamos apresentar algumas breves observações consideradas importantes para fomentar a reflexão proposta.

Na rede social Instagram, a travesti e ativista Sylvia, compartilha fotografia onde está sozinha com maquiagem e óculos escuros, na qual menciona uma marca multibilionária de acessórios internacionalmente conhecida, parecendo intencionar chamar a atenção da empresa. Sylvia possui pouco mais de 2mil seguidoras/es e uma presença ativa nas redes, onde posta suas ações coletivas e individuais na universidade, em projetos de extensão, etc. É interessante observar que em diversos registros fotográficos, Sylvia aparece sozinha com posições onde seu corpo aparece como se estivesse expondo força, vigor, garra, já em outros registros, há frases de superação ou de alcançar algo que está por vir, há também fotografias com intervenção artística digital.

O novo sujeito é o homem da competição e do desempenho. O empreendedor de si é um ser feito para “ganhar”, ser “bem-sucedido”. O esporte de

competição, mais ainda que as figuras idealizadas dos dirigentes de empresa, continua a ser o grande teatro social que revela os deuses, os semideuses e os heróis modernos (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 345)

Quando questionada sobre sua percepção do empreendedorismo enquanto importante aliado para as lutas anti-opressão de gênero, na medida em que ele poderia oferecer um suporte pra um desenvolvimento de certa autonomia social e econômica, Sylvia relata:

eu acredito que sim, principalmente pra uma população que tem uma dificuldade de se inserir no mercado de trabalho formal, então vão ter que criar estratégias e mecanismos próprios pra poder se incluir dentro desse cenário, então um processo de projetos que pense a capacitação profissional, que pense o empreendedorismo e que dê ferramentas necessárias pra que essa população possa exercer uma profissão e a partir dela tenha uma dignidade, através do trabalho que, inclusive, o trabalho é uma das maiores pautas do movimento social da população de trans, travestis, intersexo e não-binária, porque o que a gente vê é uma exclusão mesmo, né? E é um ciclo, exclui do ciclo escolar, exclui do mercado de trabalho, exclui de todas as instâncias sociais pra que essa população não teja o mínimo de possibilidade de se inserir nesse mercado que a cada dia se torna mais competitivo, que a cada dia vai cobrar ainda mais um grau de profissionalismo no sentido de formação, principalmente no Brasil que a gente vive atualmente, é muito difícil mesmo com o grau muito alto de escolaridade muito alto, se inserir no mercado de trabalho, imagina aquelas pessoas que foram impedidas de fazer parte desse ciclo pra poder mais à frente ter uma possibilidade de emprego.

Em sociedades ancoradas no sistema neoliberal, o processo de desigualdade social é visto pela lente da competitividade que representaria uma possibilidade de resolução do problema. Todavia parece acentuá-lo, à proporção que perpetua e fortalece esse modelo econômico-social de vida. Esses entraves, como afirmam Dardot e Laval (2016), têm como efeito substancial o processo de destruição gradativa da cidadania e da solidariedade, princípios fundamentais para a perpetuação da coletividade humana, revelando uma corrida por sobrevivência.

Os coletivos se esfumam em subjetividades competitivas, as instituições de regulação macroeconômica são des-montadas uma após a outra, a produção de conhecimento crítico se perde no produtivismo acadêmico inócuo, as ondas de protestos parecem se consumir em si mesmas, com raros legados institucionais, e as linguagens e práticas alternativas, como as promessas da economia compartilhada, são capturadas por corporações e convertidas em novos mercados. (...) O avanço da agenda neoliberal, em vez de criar as condições para uma virada radical, mina as possibilidades da ação coletiva. As iniciativas políticas dispersas, muitas delas incorporando racionalidades alternativas, encontram consideráveis dificuldades de estabelecer vínculos entre si. Pulverizados, os movimentos sociais não logram fazer suas lógicas de organização adentrarem o Estado, a produção nem a vida privada das pessoas, falhando em promover transformações estruturais. (ANDRADE, 2019, p. 132)

Os estudos de Dardot e Laval (2017), explanam que a competitividade e a

concorrência superaram os princípios de solidariedade, tornando-se os principais preceitos de condução das sociedades modernas e dos vínculos sociais. Assim, presumindo o desdobramento de conflitos e tensões internas entre participantes de um mesmo grupo de ativismo/militância, levantamos alguns questionamentos às pessoas participantes desse estudo exploratório, com interesse genuíno de entender tais dinamismos. Sobre este ponto, Sylvia afirma o seguinte:

O conflito interno, ele sempre vai existir. A gente não pode se esquecer que, independente de movimento a gente tá lidando com seres humanos, que tem suas individualidades e interesses, né? Ali tem uma questão de interesse também. Seja no interesse individual ou no interesse coletivo. Então, por ter essa questão, sempre vai haver atritos dentro desses movimentos, né? (...) Essas opressões vão vindo de formas multifacetadas, né? Então tem complicações sim, tem atritos sim, dentro desses movimentos. Tem a questão dos interesses que vão ser divergentes, então, eh... tem... é por isso que é sempre bom a questão da base do diálogo pra poder seguir adiante alguma reivindicação, né? (...) E tem que tá com esse diálogo mesmo com os movimentos, pra justamente a gente saber quais são as demandas e as realidades dessas populações. a gente não tá falando somente de uma população específica, né? O que eu acho que é muito cruel dentro de uma estrutura social é colocar movimentos, né? Como se fosse colocar ou personificar. Porque aí a gente tá falando independente de movimento, de uma luta em prol de alguma questão que é de interesse coletivo, mas ali vão ter inúmeras realidades, né? Ali vão ter várias intersecções, então acho que é justo pensar por esse sentido de compreender que essas realidades são diferentes e os movimentos, eles chegam sempre nessa questão porque eles sabem da realidade, porque estão ali próximos. (Sylvia, CE)

Em sua percepção, Sylvia explicita a presença de divergências, considerando as individualidades e os interesses dessas/os/es indivíduos/os/es. Sylvia conta que, apesar dos grupos lutarem por causas de interesse coletivo, a participação de pessoas de diferentes realidades, contribui para conflitos caracterizados por interesses individuais. O ponto de vista de Sylvia parece confluir em um movimento paradoxal no cenário das ações dos atores sociais pertencentes ao ativismo/militância, dado que essas dinâmicas poderiam travar atuações coletivas substanciais na busca por direitos.

Então, acho que onde existe ser humano tem conflito, eu acho também tem essa falácia, vamos dizer assim, de que tipo, eh... por a gente compartilhar pontos e estar na mesma causa, a gente vai concordar com tudo e gente... não é assim em lugar nenhum. (...) as pessoas, elas jogam muito pro... como se fosse um ataque pessoal, sabe? quando a gente debate sobre certos assuntos que, de novo, eu acho que tem a ver com... um pouco com essa ideia de achar que o mundo gira em torno da gente, uma individualização mesmo das pautas, de achar que, eh... sim pensando no micro, e nunca aquilo ali é (inaudível) atinge a sociedade inteira... (Rafaela, 26 anos, 2022)

A preocupação demonstrada pela militante Rafaela nos trechos “como se fosse um ataque pessoal”; “ideia de achar que o mundo gira em torno da gente”; e “uma individualização mesmo das pautas”, parece manifestar aspectos conflitivos na forma como as/es/os participantes de um mesmo grupo se relacionam, e como essas relações de poder parecem estar sustentadas em dimensões muito maiores, que não estão ao alcance de uma resolução ou que não são percebidas pelas/os/es indivíduos/es/os durante o desdobrar microsocial dessas relações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da construção reflexiva deste estudo, observou-se a existência de trâmites paradoxais que se engendram entre as lógicas neoliberais perpetradas no seio social brasileiro e as práticas de reivindicações concebidas por movimentos sociais, em particular, nos movimentos anti-opressão de gênero. Desse modo, pôde-se identificar situações aparentemente conflitantes no desenrolar das ações de ativistas/militantes, sobretudo, ocorridas entre participantes de um mesmo grupo.

Levantamos o prognóstico de que ao mesmo tempo em que as reuniões, os protestos e as manifestações se mostram indispensáveis às lutas políticas por direitos, parecem também, evidenciar certa ruptura do compromisso com a coletividade e solidariedade, uma vez que a racionalidade neoliberal se encontra justaposta a agenda de ativismos e militâncias no contexto social brasileiro. Tudo isso propicia um evidente paradoxo quando se pensa na composição de imaginários sociais sustentados em um plano de ação individualista e concorrencial entre as/os/es sujeitas/os/es engajadas/es/os. Nesse sentido, as rupturas, separações e fragmentações desses arranjos organizacionais se mostram consequentes dessas, que podemos classificar como perigosas dinâmicas neoliberais que camuflam a autopercepção e a consciência de uma reprodução dessa individualidade, na medida em que dão lugar a valores de autovalorização e competitividade.

Em uma sociedade como a brasileira, a ascensão social torna-se um importante e incessante parâmetro na busca por sobrevivência e qualidade de vida entre as pessoas, tendo em vista que o Brasil, se destaca por ser estruturado sobre mecanismos que potencializaram historicamente a desigualdade socioeconômica e cultural. Nessa conjuntura, a construção de movimentos e lutas sociais convertem-se em pilares fundamentais para o fortalecimento das lutas coletivas por emancipação e equidade humana. Desse modo, pensamos que as análises trazidas, buscam refletir uma realidade contemporânea que retrata parte do universo das lutas sociais anti-opressão de gênero,

mas que podem servir como base introdutória para reflexões em diferentes categorias de lutas sociais.

Convém reforçar que os dados aqui dispostos, a partir do uso de entrevistas e observações online como instrumentos de análise qualitativa, se apresentam em caráter exploratório. Isto posto, trouxemos resultados de dimensões até o momento inconclusas sobre o objeto de pesquisa discutido. Compreendemos que o teor dessa investigação é ainda limiar, dada a profundidade característica da própria reflexão sociológica lançada, bem como os diversos atravessamentos teórico-analíticos-empíricos advindos dos estudos sobre os temas do neoliberalismo, movimentos sociais e das relações entre indivíduo e sociedade.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. A gênese de 2013: formação do campo patriota. **Journal of Democracy em Português**, v. 8, n. 1, p. 30, 2019. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/publicacoes#JournalDemocracy>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ANDRADE, Daniel Pereira. Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, p. 109-135, 019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/WrvHr9cvMKnq4xXXRkf6HTD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Sociedade e Estado**, v. 34, p. 211-239, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/RyfDLystcfKXNSPTLpsCnZp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ANJOS, Ana Carolina Costa dos. **Quando a pauta é representação, vale mais identidades ou empreendedorismo de si?** uma análise de youtubers negro (a/e) s brasileiro (a/e) s. 2021. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/15773/TESE_Carol_dos_Anjos.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 fev. 2023.

BARBOSA, Attila Magno et al. O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, p. 121-140, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/n9J3htptDPZdJ8CvpTNHw9J/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL, C. N. S. **Resolução nº 466/12**. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Recuperado de https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html, 2012.

CANGIANO, Antônio Sérgio Borba. **A construção da subjetividade no neoliberalismo**: Deleuze e Guattari. 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Boitempo editorial, 2017.

FACIOLI, Lara Rodrigues; GOMES, Simone da Silva Ribeiro. O ativismo feminista online no Brasil: aportes para uma agenda em construção. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 22, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/742/74270306005/74270306005.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade II: O uso dos prazeres**. 1 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de

France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Editora Vozes Limitada, 2014.

ILLOUZ, Eva. **Intimidades congeladas: las emociones en el capitalismo**. Katz editores, 2007.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. São Paulo: Elefante, 2020.

MARINHO, Marco Antonio Couto. Trajetórias de Vida: um conceito em construção. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, v. 13, n. 17, p. 25-49, 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/revistaich/article/view/15710/12445>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/yKCytTkSt4RfdHd4W3SLZBb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MONTI, Isabela Vicente. **A sociologia das emoções e a contribuição analítica de Eva Illouz**. 2019.

SALES, André Luis Leite de Figueiredo. **Militância e ativismo: cinco ensaios sobre ação coletiva e subjetividade**. 2019. Tese (Doutorado) – Curso de Psicologia, Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/190776/sales_allf_dr_assis.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 10 fev. 2023.

CHANCELL, Lucas et al. (Ed.). **World inequality report 2022**. Harvard University Press, 2022. Disponível em: https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2022/01/Summary_WorldInequalityReport2022_English.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.